

Regulamentos

22. 1.^a Alteração ao Regulamento de Incentivo à Natalidade e à Adoção – Programa «Braga Mais Família» - Início de procedimento.

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de aprovação do início do procedimento da 1.^a alteração a efetuar ao Regulamento de Incentivo à Natalidade e à Adoção – Programa «Braga Mais Família, nos termos do disposto no artigo 98.º do DL n.º 4/2015, de 07 de janeiro, que aprova o Código do Procedimento Administrativo, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

Assunto: 1ª Alteração ao Regulamento de Incentivo à Natalidade e à Adoção – Programa «Braga Mais Família» - Início do procedimento**PROPOSTA:**

Por deliberação da Comissão de Natalidade, do dia 21/07/2023, foi proposta a alteração do Regulamento de Incentivo à Natalidade e à Adoção – Programa «Braga Mais Família», designadamente o disposto no artigo 7.º deste diploma, nos seguintes termos:

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA
<p>Artigo 7.º</p> <p>Prazos de Candidatura</p> <ol style="list-style-type: none">1. A candidatura deve dar entrada no Município com todos os documentos previstos no artigo anterior, no prazo máximo de 3 (três) meses após o nascimento da criança, ou, no mesmo prazo a contar da decisão judicial ou administrativa definitiva das entidades ou organismos legalmente competentes, que defina a quem a criança é confiada.2. Para os nascimentos e adoções ocorridos no primeiro trimestre de 2023, o prazo referido no número anterior, poderá ocorrer até 30 de junho de 2023.3. Excecionalmente poderá admitir-se um prazo superior ao referido no n.º 1, desde que devidamente fundamentado e após despacho do Presidente da Câmara ou do Vereador com competência delegada, sobre a admissão nessa circunstância.	<p>Artigo 7.º</p> <p>Prazos de Candidatura</p> <ol style="list-style-type: none">1. A candidatura deve dar entrada no Município, com todos os documentos previstos no artigo anterior, até ao final do primeiro trimestre do ano seguinte ao nascimento da criança, ou da decisão judicial ou administrativa definitiva das entidades ou organismos legalmente competentes, que defina a quem a criança é confiada.2. Revogado.3. Excecionalmente poderá admitir-se um prazo superior ao referido no n.º 1, desde que devidamente fundamentado e após despacho do Presidente da Câmara ou do Vereador com competência delegada, sobre a admissão nessa circunstância.

ASSIM:

Estando o Município legalmente habilitado a adaptar o seu regulamento, **propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar o início do procedimento da alteração ao Regulamento de Incentivo à Natalidade e à Adoção – Programa «Braga Mais Família»**, que deverá depois ser publicitado na Internet, no sítio institucional da CMB, nos termos do disposto no artigo 98.º do CPA.

A Jurista, gestora do procedimento,